

O Estado logístico brasileiro e a crise financeira mundial: motivos para otimismo?

The Brazilian logistics state and global financial crisis: reasons for optimism?

DANILO VERGANI MACHADO*

Meridiano 47 n. 104, mar. 2009 [p. 19 a 21]

A economia internacional apresentou no último trimestre de 2008 números que revelam os efeitos de uma grave crise financeira com dimensões ainda desconhecidas. Embora o ambiente seja de incertezas, analistas concordam que as raízes encontram-se no desempenho dos principais mercados mundiais, sobretudo, nos Estados Unidos. O país que em 2007 já demonstrava claros indícios de recessão, tornou-se o epicentro das agitações no capitalismo global. Não tardou muito e comparações com a Depressão ocorrida na década de 1930 começaram a surgir. Novamente, observamos o debate acerca da necessidade de um Estado forte e atuante frente ao Estado mínimo das últimas décadas. Neste cenário, o paradigma logístico brasileiro busca afirmar no sistema internacional uma agenda de estímulo ao multilateralismo, de maior presença política na economia e combate ao protecionismo como ferramentas eficazes para enfrentar o difícil período que se desvenda.

A crise no setor imobiliário dos Estados Unidos é considerada o início de uma onda de pessimismo global, com drástica redução de investimentos internacionais e fuga de capitais, queda no comércio mundial e na produção de bens, elevação do desemprego, variações cambiais, enfim, um efeito dominó já conhecido pela história econômica em diferentes intensidades. Mas o que faz desta crise um fenômeno especial e comparável aos acontecimentos de 1929 por experientes analistas? De imediato é possível apresentar três pontos: em primeiro lugar que a crise teve início no coração da economia mundial,

o mercado norte-americano; em seguida, sua capacidade de gerar rápidos efeitos internacionais, de proporções relativas ao grau de internacionalização das economias nacionais; por fim, o ressurgimento de vozes keynesianas em favor de uma atuação ativa do Estado na economia.

Embora ainda pareça demasiado exagero tal comparação, a preocupação com os rumos que a crise pode tomar é legítima e o olhar histórico sempre recomendado. Como se fosse da noite para o dia, a crise iniciada em 1929 nos Estados Unidos atingiu a Europa ainda em fase de reestruturação econômica pós-Primeira Guerra Mundial. Os anos de 1932 e 1933 foram os piores após o *Crash* da Bolsa, responsáveis por caracterizar a primeira e talvez ainda única grande depressão do sistema capitalista. O mercado de trabalho foi reduzido aproximadamente em 23% na Grã-Bretanha, 24% na Suécia, 27% nos Estados Unidos, 31% na Noruega e 32% na Dinamarca. Mas nada gerou tanto impacto quando aos 44% da população alemã desempregada. (HOBBSAWM, 2007)

As conseqüências, no entanto, foram ainda mais nefastas. Percebeu-se o aumento do protecionismo comercial ilustrado pela de criação da tarifa *Smoot-Hawley Act*, a exacerbação dos nacionalismos, o surgimento de regimes não democráticos por todos os continentes e a ascensão de regimes fascistas, principalmente na Alemanha e Itália. O multilateralismo deixou de ser opção para as relações internacionais e, segundo Cervo, generalizou-se a prática de adotar soluções nacionais para problemas internacionais.

* Mestre em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília – UnB (verganidanilo@gmail.com).

Desenhou-se assim o ambiente que culminou na Segunda Guerra Mundial. (CERVO, *in* SARAIVA, 2007)

O economista britânico John Maynard Keynes destacou-se neste período e estruturou um modo de pensar onde economia e política atuavam de forma conjunta. Defendeu o fortalecimento do Estado de forma a possibilitar sua atuação regulatória por meio de políticas de estabilidade fiscal e monetária, que visassem assegurar o pleno emprego, o investimento estatal em setores de infra-estrutura e regimes de segurança social. Não por acaso, Roosevelt iniciou um plano de recuperação da economia norte-americana seguindo este pensamento keynesiano. O *New Deal* foi implantado por meio de ações políticas que estabeleceram agências governamentais para regulamentação de setores, programas de assistência social, além da obsessão pela geração de empregos a partir do investimento público na construção de escolas, rodovias, portos, hospitais, etc. Keynes acreditou que a demanda criada pela renda dos trabalhadores, em ambiente de pleno emprego, seria um passo importante para superar a recessão.

Assim, o debate acerca da presença ou não de um Estado atuante na esfera econômica é estimulado novamente pela crise financeira atual. E isto ficou claro no Seminário Internacional sobre Desenvolvimento promovido pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, realizado em Brasília no mês de março. Nele, a economista Maria da Conceição Tavares salientou a necessidade de atuação mais intensa por parte do Estado e promoção do multilateralismo como única forma de diálogo possível neste período de crise. Especificamente sobre o Brasil, Tavares observou que o governo possui fôlego para incentivar a demanda e o investimento em quatro vertentes. Em primeiro lugar as políticas sociais como o “Bolsa Família” e “Luz para Todos”; em segundo uma política habitacional; terceiro salientou as obras que serão executadas pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) com o intuito de alavancar a economia e corrigir as desigualdades da infra-estrutura regional; por fim, políticas sobre produção de energia, como o fortalecimento e investimento na Petrobrás e fontes alternativas.

O consenso nos debates aponta para a presença do Estado numa possível “medida certa” na esfera

econômica, sem os extremismos de ausência total na regulação do mercado nem substituindo o papel das empresas. O paradigma do Estado logístico, apresentado por Amado Cervo auxilia na compreensão de uma postura mais estratégica adotada pelo Estado aos desafios do mundo globalizado.

Este paradigma tem por definição o fortalecimento da nação, pois transfere a responsabilidade do papel empreendedor à sociedade, auxilia nas operações externas e busca inserção equilibrada no sistema internacional, tendo sempre em seu horizonte o desenvolvimento do país. No Brasil, os dois períodos em que Fernando Henrique Cardoso exerceu a presidência possibilitou a observação de um tímido ensaio do paradigma logístico. (CERVO, 2002) Embora estigmatizado pela adoção de uma postura neoliberal acrítica, ajudou a consolidar a democracia, a estabilização monetária e a promoção de responsabilidade fiscal no governo. Mesmo assim, os números referentes ao desenvolvimento não foram satisfatórios. Todavia, o ambiente interno mais estável possibilitou o governo Lula avançar no paradigma logístico de forma operacional e corrigir algumas distorções neoliberais anteriores. O multilateralismo voltou a ser opção primordial nas relações internacionais e recuperou-se a autonomia decisória da política externa. No âmbito do desenvolvimento econômico, o Estado logístico passou a atuar de forma a diminuir a dependência tecnológica e financeira e ampliou políticas sociais com o intuito de reduzir as disparidades sócio-econômicas regionais. (CERVO, 2008).

O Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, apresentou ao seminário realizado pelo CDES dados sobre a economia e desenvolvimento nacional que ilustram os resultados obtidos por meio do paradigma logístico. Em relação ao PIB, o Brasil teve um desempenho médio de crescimento de 1,9% entre os anos de 1999 e 2003, enquanto no período de 2004 e 2008 este número subiu para 5,0%. A inflação que em 2003 estava aproximadamente em 15%, atingiu em janeiro de 2009 a cifra de 5,84%. A dívida pública caiu de 56% do PIB em 2002 para aproximadamente 37% do PIB em 2009. Em relação à criação de empregos, os números também são expressivos já que entre 1995 e 1999 ocorreu uma média negativa

de -323 mil empregos; em 2000 e 2003 houve inversão e ocorreu a criação média de 664 mil empregos; por fim, o espaço entre 2004 e 2008 observou um crescimento médio de 1.415 mil novos empregos. O Ministro da Fazenda, Guido Mantega, sustenta seu otimismo em relação a uma posição privilegiada diante da crise em virtude de fatores como: solidez fiscal, investimentos do PAC, inflação controlada, fortalecimento do mercado interno, reservas de 200 bilhões de dólares, maior regulamentação do setor financeiro e autonomia energética.

Em tese, estes fatores impedem que o Brasil seja atingido com os efeitos imediatos gerados pela crise. Entretanto, o economista James Galbraith, que integra a equipe de conselheiros de Barack Obama, participou do seminário referido anteriormente e salientou a necessidade de se fazer investimentos públicos de forma a manter o crescimento econômico. A previsão de crescimento médio do PIB mundial de acordo com o mercado financeiro para 2009 é de -0,5%, enquanto o Brasil tem expectativa crescimento de 0,6%, já para o governo a estimativa é de 2%. O economista acredita que o conceito de intervenção estatal é debatido de forma errada por muitos atores. Ressalta que o Estado é parte da economia e sem a devida regulação, funciona com grande desequilíbrio, sendo que a diferença básica de um país desenvolvido para aquele em processo de desenvolvimento é a eficiência neste setor de regulamentação e não apenas a capacidade tecnológica.

Referências

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo (2002). *História da Política Exterior do Brasil*. 2ª. ed. Brasília: UnB, 525 p.

CERVO, Amado Luiz (2008). *Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros*. São Paulo: Saraiva, 297 p.

CERVO, Amado Luiz (2007). A instabilidade internacional (1919-1939). In: SARAIVA, José F. S. *História das relações internacionais contemporâneas: da sociedade internacional do século XIX à era da globalização*. 2ª. ed. São Paulo: Saraiva, 347 p.

Folha de São Paulo. Acessado em 20/03/2009. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/especial/2008/crisenoseua/>>.

HOBBSAWM, Eric J. (2007) *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 598 p.

Seminário Internacional sobre Desenvolvimento, Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, Brasília, 5 e 6 de março de 2009.

Recebido em 22/03/2009
Aprovado em 27/03/2009

Palavras-chave: Estado logístico; crise financeira; economia política

Key-words: Logistic State; financial crisis; political economy.

Resumo: O artigo explora a interessante posição brasileira diante da crise financeira internacional. Neste caso, o Estado Logístico é capaz de oferecer recursos políticos que auxiliam a superação da instabilidade econômica global.

Abstract: This article explores the interesting Brazilian position face to international financial crisis. In this case, the logistic State is able to offer political resources which help overcome the global economic instability.